

Só Questões



Concurso Público - Ano 2019

1.000

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DA

LEI 8.112/90



Acerte o alvo!

O Diferencial das Concursos

Wilma G. Freitas

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

Para adquirir a apostila de 1000 Questões Fundamentadas do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais – Lei 8.112/90

acesse o site:



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	278
Bibliografia.....	428

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES**1. Marque alternativa falsa.**

- a) Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor de União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- b) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) A lei nº 8.112/90 não fixa o valor mínimo para a ajuda de custo.
- d) Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- e) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 6 (seis) meses.

2. Marque a opção que completa a lacuna:

A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de meses.

- () três
- () seis

3. Na concessão da licença para tratamento da saúde, a inspeção médica:

- a) Será realizada na residência do servidor, sempre que necessário.
- b) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver decisão de junta médica.
- c) Será sempre realizada na residência do servidor.
- d) Nunca será realizada na residência do servidor.
- e) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver pedido do servidor.

4. Julgue o item a seguir:

O aprovado no concurso público dentro do número de vagas ofertadas no edital terá direito líquido e certo à nomeação.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

5. Se o servidor praticar crime contra a administração pública, será aplicada a penalidade de:

- a) Advertência.
- b) Suspensão de até 90 (noventa) dias.
- c) Exoneração.
- d) Demissão.
- e) Repreensão.

6. Analise a veracidade das frases.

- I. Em caso de remoção por ofício, corre por conta do servidor público as despesas do transporte de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- II. À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.
- III. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de noventa dias.

Está (ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) Nenhuma.
- d) II.
- e) III.

7. Marque a opção que completa a lacuna.

As sanções civis, penais e administrativas..... cumular-se.

- () poderão
- () não poderão

8. Em relação à posse do servidor público, é incorreto afirmar que:

- a) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, improrrogáveis, contados da publicação da nomeação.
- b) Por meio de procuração específica, poderá ocorrer a posse.
- c) Caso o nomeado não tome posse no cargo público, haverá a exoneração ex officio.
- d) A posse dependerá de prévia inspeção médica.
- e) Das hipóteses de provimento, só haverá posse no caso de nomeação.

9. As férias poderão ser parceladas em até.

- a) Duas etapas.
- b) Três etapas.
- c) Quatro etapas.
- d) Cinco etapas.
- e) Seis etapas.

10. O servidor público que, nessa qualidade, causou prejuízo a terceiro, no tocante à reparação patrimonial do dano:

- a) É obrigado solidariamente com o Estado.
- b) Fica sujeito à ação regressiva, sendo suficiente a prova do dano e nexu casual.
- c) Fica sujeito à repetição da quantia despendida pela Fazenda Pública, salvo se, em razão do fato, for demitido.

- d) Responde, em ação regressiva, pela devolução da quantia paga à vítima, mediante a prova que agiu com dolo ou culpa.
- e) Fica obrigado a repor a quantia pela Fazenda Pública, se tiver agido dolosamente.

11. Acerca do auxílio moradia, marque a alternativa falsa:

- a) O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão, da função de confiança ou do cargo de Ministro de Estado ocupado.
- b) O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
- c) O valor do auxílio-moradia será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quinto ano de recebimento. Esse prazo não terá sua contagem suspensa ou interrompida na hipótese de exoneração ou mudança de cargo ou função.
- d) Transcorrido o prazo de quatro anos após encerrado o pagamento do auxílio-moradia, o pagamento poderá ser retomado se novamente vierem a ser atendidos os requisitos do art. 60-B desta lei.
- e) No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.

RESPOSTAS**1.**

Resposta: E
Fundamento
Art. 56, caput da Lei 8.112/90
Art. 57 da Lei 8.112/90
Art. 54 da Lei 8.112/90
Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
Art. 54 da Lei 8.112/90

2.

Resposta: Três
Comentários:
Art. 86, § 2º da Lei 8.112/90

3.

Resposta: A
Comentários:
Art. 203, § 1º da Lei 8.112/90

4.

Resposta: F
Comentários:
Aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, o candidato ainda <u>não tem direito ao cargo</u> . Porém, têm dois direitos assegurados: o de ver respeitada a ordem de classificação e o de ser chamado com prioridade sobre os demais aprovados em concurso subsequente, dentro do prazo de validade do primeiro.

5.

Resposta: D
Comentários:
Art. 132, I da Lei 8.112/90

6.

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

Resposta: D
Fundamento
I. Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
II. Art. 53, § 2º da Lei 8.112/90
III. Art. 57 da Lei 8.112/90

7.

Resposta: poderão
Comentários:
Art. 125 da Lei 8.112/90

8.

Resposta: C
Comentários:
Art. 13, § 1º da Lei 8.112/90
Art. 13, § 3º da Lei 8.112/90
Art. 13, § 6º da Lei 8.112/90
Art. 14, caput da Lei 8.112/90
Art. 13, § 4º da Lei 8.112/90

9.

Resposta: B
Fundamento
Art. 77, § 3º da Lei 8.112/90

10.

Resposta: D
Comentários:
Art. 122, § 2º da Lei 8.112/90

11.

Resposta: C
Comentários:
Art. 60-D, caput, §§ 1º ao 4º e Art. 60-E da Lei 8.112/90

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2018.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 27ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31ª Ed. Editora Forense, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 26ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2018.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

LEI No 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999: Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016: Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 18 DE JANEIRO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 873, DE 1º DE MARÇO DE 2019: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

COMO ADQUIRIR

40,00	1.000 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA LEI 8.112/90
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90


Banco: **BRADESCO**
Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)
Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)
CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **CAIXA**
Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)
Operação: **013**
Conta: **10964-9** (poupança)
CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **Banco do Brasil**
Agência: **0099-X** (Cajazeiras)
Conta: **29563-9** (Conta corrente)
CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo
WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da
apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br